

EDUCAÇÃO SEXUAL: UM BALANÇO SOBRE A ABORDAGEM DOS CONTEÚDOS MÍNIMOS NO ENSINO BÁSICO NA ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3.º CICLO DE SERPA

Jorge Ferreira¹ e Jorge Bonito²

¹ Escola Secundária de Serpa. jmferreira68@mail.pt

² Universidade de Évora. jbonito@uevora.pt

Resumo

Este trabalho resulta de uma auto-reflexão, metacognitiva e meta-avaliativa, sobre as actividades desenvolvidas durante três anos lectivos (2007-2010) e seu impacto junto dos alunos, no âmbito da aplicação das indicações fornecidas pelo Grupo de Trabalho para a Educação Sexual, com especial ênfase nos conteúdos mínimos na área da educação sexual. Depois de uma breve resenha histórica e algum enquadramento legal, são analisadas as limitações e potencialidades das opções realizadas ao nível da escola, assim como das estratégias pedagógicas desenvolvidas, o que permitiu, mediante meta-avaliação, elaborar um conjunto de recomendações que poderão ser tidas em conta na educação sexual formal, ao nível do terceiro ciclo do ensino básico.

Palavras-chave

Educação para a saúde, educação sexual, conteúdos mínimos.

1. Introdução

O Relatório Final do Grupo de Trabalho de Educação Sexual (GTES), em Setembro de 2007, tendo em acordo legislação diversa e os programas escolares em vigor, sugeria às escolas “incluir o equivalente a uma sessão mensal na área específica da sexualidade”, eventualmente utilizando as áreas curriculares não disciplinares e “realizar avaliação específica e obrigatória aos conteúdos em causa” (GTES, 2007, p. 19). Os conteúdos em causa são os da educação sexual e entendeu este mesmo Grupo definir mínimos para o primeiro, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Para o 3.º ciclo (7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade), o referido Grupo sugeria os 8 conteúdos abaixo indicados, a serem abordados segundo uma sequência que poderia ser alterada mas em caso algum reduzida (GTES, 2007, pp. 20-22):

- compreensão da fisiologia geral da reprodução humana;
- compreensão do ciclo menstrual e ovulatório;
- compreensão da sexualidade como uma das componentes mais sensíveis da pessoa, no contexto de um projecto de vida que integre valores (ex: afectos, ternura, crescimento e maturidade emocional, capacidade de lidar com frustrações, compromissos, abstinência voluntária) e uma dimensão ética;
- compreensão da prevalência, uso e acessibilidade dos métodos contraceptivos e conhecer, sumariamente, os mecanismos de acção e tolerância (efeitos secundários);
- compreensão da epidemiologia e prevalência das principais IST em Portugal e no mundo (incluindo infecção pelos Vírus da Imunodeficiência Humana e do Papiloma Humano e suas consequências) bem como os métodos de prevenção. Saber como se protege o seu próprio corpo, prevenindo a violência e o abuso físico e sexual e comportamentos sexuais de risco, dizendo não a pressões emocionais e sexuais;
- conhecimento das taxas e tendências de maternidade na adolescência e compreensão do respectivo significado;
- conhecimento das taxas e tendências das interrupções voluntárias de gravidez, suas sequelas e respectivo significado; e
- compreensão da noção de parentalidade no quadro de uma saúde sexual e reprodutiva saudável e responsável.

Estas indicações do GTES, incluindo a inclusão da temática da educação sexual nas áreas curriculares não disciplinares (ACND), acabaram por materializar-se em lei, como se pode concluir da leitura da Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar, mais recentemente regulamentada pela Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de Abril.

De acordo com o enquadramento descrito, a Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Serpa, no contexto das suas actividades da Educação para a Saúde (EpS), organizou um programa de actividades que pudessem corresponder aos conteúdos

mínimos propostos pelo GTES. É a aplicação deste programa, repetida em três anos lectivos consecutivos (2007-2010), que passamos agora a apresentar e avaliar.

2. Aplicação do programa

O primeiro autor deste trabalho concebeu o programa e aplicou-o na escola onde trabalha. As estratégias pedagógicas foram desenhadas de modo a garantir a abordagem de pelo menos um conteúdo mínimo por sessão (Quadro 1). Existiu, também, a preocupação de que as sessões não fossem percebidas como aulas, seguindo o recomendado pelo GTES (2007): “ter em atenção que não se propõem aulas formais sobre Educação Sexual” (p. 39). Daí que nos documentos internos da escola e na relação com os alunos e demais docentes se tenha optado sempre pelo termo “sessão”.

Quadro 1

Conteúdos mínimos e estratégias programadas.

CONTEÚDO	ESTRATÉGIA
<i>Compreender a fisiologia geral da reprodução humana.</i>	Observação e discussão do filme “Ah! Então é Assim” Observação e discussão do filme “Mudanças” Ficha com os sistemas reprodutores masculino e feminino, para identificação dos órgãos e estruturas.
<i>Compreender o ciclo menstrual e ovulatório.</i>	Apresentação em <i>Power point</i> do ciclo menstrual e ovulatório. Os alunos resolvem perguntas de resposta de escolha múltipla sobre o tema através de teste informático. Recurso ao <i>hotpotatoes</i> .
<i>Compreender a sexualidade como uma das componentes mais sensíveis da pessoa, no contexto de um projecto de vida que integre valores (ex: afectos, ternura, crescimento e maturidade emocional, capacidade de lidar com frustrações, compromissos, abstinência voluntária) e uma dimensão ética.</i>	Em pares, os alunos discutem e apresentam proposta de solução para situações conflito: relação sexual não desejada, impotência, gravidez não desejada, sobrecarga laboral, tarefas domésticas ou educação das crianças. <i>O objectivo é chamar a atenção para a negociação, nomeadamente de papéis. Pode também servir para mostrar que cada casal é uma realidade diferente de outro.</i>
<i>Compreender a prevalência, uso e acessibilidade dos métodos contraceptivos e conhecer, sumariamente, os mecanismos de acção e tolerância (efeitos secundários).</i>	Em grupos, os alunos pesquisam sobre um método contraceptivo e fazem uma apresentação sobre o funcionamento, a sua eficácia, o modo de obtenção e as principais vantagens e inconvenientes.
<i>Compreender a epidemiologia e prevalência das principais IST em Portugal e no mundo (incluindo infecção por Vírus da Imunodeficiência Humana e Vírus do Papiloma Humano</i>	Jogo de troca de cartões, que permite sensibilizar os alunos para a problemática do contágio do VIH e alertar para uma das formas de contágio (relação sexual desprotegida);

- e suas consequências) bem como os métodos de prevenção.	
Conhecer as taxas e tendências de maternidade na adolescência e compreender o respectivo significado.	Pesquisa na Internet sobre taxas e tendências da maternidade da adolescência. Análise e comentário “Testemunhos de mães adolescentes”/entrevista a uma mãe adolescente.
Conhecer as taxas e tendências das interrupções voluntárias de gravidez, suas sequelas e respectivo significado.	Pesquisa na Internet sobre a actual legislação e sobre as taxas e tendências da interrupção voluntária da gravidez. Debate “prós e contras” da interrupção voluntária da gravidez.
Compreender a noção de parentalidade no quadro de uma saúde sexual e reprodutiva saudável e responsável	Observação e discussão do filme “Baby Blues” Apresentar à turma a hipótese de realização de pequenas improvisações (<i>role playing</i>) sobre atitudes face ao Planeamento Familiar. Debate sobre as improvisações.

A diferença entre aula e sessão não é apenas uma questão de terminologia. Acentuado este aspecto, foi feita uma opção por metodologias activas e participativas que são “as mais adequadas ao estabelecimento das relações interpessoais desejáveis para o desenrolar da Educação Sexual (...) e para o desenvolvimento das competências que aquela pretende promover nos seus participantes” (ME & MS, 2000, p. 34).

Existe muita literatura disponível com propostas de actividades no âmbito da Educação para a Saúde nas escolas, mas um manual em particular, “fruto de vários anos de trabalho e cooperação internacional” e destinado “à formação inicial e contínua de professores” (Young, 1999), como o que foi editado pelo Ministério da Educação, serviu de inspiração para algumas das actividades propostas no programa.

Em muitas das actividades propostas também se procurou criar oportunidade para fomentar o debate, por “ser um recurso para a identificação das necessidades dos alunos em matéria de Educação Sexual” (ME & MS, 2000, p. 97). O debate no contexto das metodologias activas permite o confronto entre posições diferentes, pelo que, segundo os autores do documento orientador da Educação Sexual em Meio Escolar, este tipo de “jogos” permite ao professor aferir a posição dos alunos perante temas geradores de polémica e, com base na informação recolhida, adequar as actividades aos grupos envolvidos (Costa & Lópes, 2008).

O programa completo previa a realização de sete sessões, as quais foram dinamizadas pela equipa EpS da escola. De referir que os elementos da equipa, e o respectivo coordenador, não foram sempre os mesmos ao longo dos três anos lectivos, tendo, no entanto, como elemento comum a todas, o primeiro autor deste artigo. Por

circunstâncias diversas, houve situações em que não foi possível cumprir na íntegra o programa e, noutras, se ultrapassou o número de sessões previstas (Quadro 2).

Quadro 2

Número de turmas e de sessões realizadas, por ano lectivo.

	2007-2008	2008-2009	2009-2010
N.º de turmas e ano de escolaridade	2 (9.º ano)	2 (8.º ano) + 1 (9.º ano)	2 (8.º ano)
Sessões realizadas	6 + 6 *	7 + 8 + 9 **	7 + 7

* Não foi possível dinamizar a sessão relativa ao último conteúdo, em ambas as turmas

** A turma do 9.º ano contou com mais uma sessão, entrevista a uma mãe adolescente, e uma das turmas do 8.º ano não participou na sessão extra dinamizada pelo Centro de Saúde.

No ano lectivo 2007-2008, foram alvo as turmas A e B do 9.º ano, e as sessões decorreram em regime de turno, ou seja, meia turma, nos tempos lectivos dos alunos, em articulação com a ACND Estudo Acompanhado, no caso do 9.º A, e com Formação Cívica, no caso do 9.º B. As sessões foram sempre dinamizadas por elementos da equipa de EpS, individualmente ou em pares. No ano lectivo seguinte, as turmas alvo foram o 8.º A, o 8.º B e o 9.º A e as sessões decorreram ora em regime de turno ora com a turma completa, nos tempos lectivos dos alunos, em articulação com Formação Cívica. As sessões foram sempre dinamizadas por elementos da equipa, individualmente, contando com a presença, em sala, dos respectivos docentes (quando a actividade se destinava à turma completa). Por fim, no ano lectivo transacto, o programa recaiu sobre o 8.º ano, nas turmas A e B e as sessões foram sempre dinamizadas pelos elementos da equipa, individualmente ou em pares, contando com a presença, em sala (salvo situações pontuais) dos Directores de Turma, uma vez que as sessões foram realizadas em tempos lectivos correspondentes a Formação Cívica. Nos três anos lectivos de implementação, a sobreposição com outras actividades das turmas alvo nem sempre permitiu uma (pretendida) regularidade quinzenal das sessões.

3. Avaliação de conhecimentos

Na última sessão, na turma A do nono ano (ano lectivo 2008-2009) e nas turmas A e B do oitavo ano (ano lectivo 2009-2010), foi também aplicado um teste escrito para avaliar os conhecimentos adquiridos nas várias sessões. Tendo em atenção a idade dos alunos e o tempo disponível, o teste foi elaborado com seis itens, quatro de resposta fechada e dois de resposta aberta. Os dois itens de resposta aberta apresentavam

situações relacionadas com as temáticas da educação sexual, de modo a avaliar a capacidade de argumentação dos alunos. Os testes foram corrigidos e os resultados entregues aos respectivos docentes de Formação Cívica (Quadro 3).

Quadro 3

Resultados da aplicação do teste escrito de conhecimentos

Turmas	9.º A (2008-2009)	8.º A (2009-2010)	8.º B (2009-2010)	Total
Frequências absolutas e relativas (em percentagem) das classificações > 50%	19 (95) N = 20	10 (77) N = 13	8 (89) N = 9	37 (88) N = 42

Apesar de um universo de alunos relativamente pequeno ($N_{\text{total}} = 84$), cerca de 87% de classificações superiores a 50% da pontuação máxima parece-nos um resultado confiante relativamente às potencialidades do programa em gerar aprendizagem de conceitos, tanto mais que se trata de uma “disciplina” que os alunos não percebem como “de estudo”.

4. Avaliação do impacto das estratégias junto dos alunos

No final de cada ano lectivo, a equipa de EpS da escola solicitou que os alunos preenchessem um questionário sobre as estratégias desenvolvidas, indicando o grau de satisfação relativamente a cada uma delas. O preenchimento do questionário não requeria a identificação do aluno. Apresenta-se de seguida o conjunto de actividades desenvolvidas em cada ano lectivo e a respectiva avaliação feita pelos alunos (Quadros 4, 5 e 6).

Quadro 4

Avaliação das actividades de acordo com o grau de satisfação dos alunos (ano lectivo 2007-2008).

<i>Actividade</i>	<i>Grau de satisfação 9.º A</i>			<i>Grau de satisfação 9.º B</i>		
	☹	☺	☺	☹	☺	☺
Os aparelhos reprodutores – observação/discussão de filme.		5	13	0	4	11
<i>Power point</i> sobre o ciclo menstrual e ovulatório. Jogo com recurso ao <i>hotpotatoes</i> .	2	5	10	0	2	13
Discussão, em pares, de situações conflito como relação sexual não desejada ou gravidez não desejada.	1	5	12	0	0	15
Pesquisa em grupo sobre o funcionamento e principais vantagens e inconvenientes de um método contraceptivo.		7	11	0	2	13

Jogo de troca de cartões sobre a problemática do contágio do VIH		4	14	0	0	14
Entrevista a uma mãe adolescente.		3	15	0	1	14
Observação e discussão do filme <i>Baby Blues</i> .	Não realizada					
Médias totais (em percentagem)	2,8	26,9	69,4	0	10,0	88,9

Legenda: ☹ - Insatisfeito ☺ - Nem satisfeito, nem insatisfeito ☻ - Satisfeito

Quadro 5

Avaliação das actividades de acordo com o grau de satisfação dos alunos (ano lectivo 2008-2009).

Actividade	Grau de satisfação 8ªA			Grau de satisfação 8ªB			Grau de satisfação 9ªA		
	☹	☺	☻	☹	☺	☻	☹	☺	☻
Os aparelhos reprodutores – observação/discussão de filme “Ah, então é assim!”	1	4	10	0	0	12	1	1	18
Power-point sobre o ciclo menstrual e ovulatório.	1	1	13	0	2	10	1	2	17
Discussão, em pares, de situações conflito como relação sexual não desejada ou gravidez não desejada.	0	7	8	1	0	11	1	1	18
Pesquisa em grupo sobre o funcionamento e principais vantagens e inconvenientes de um método contraceptivo.	1	6	8	0	1	11	1	0	19
Jogo de troca de cartões sobre a problemática do contágio do vírus VIH	1	3	11	1	0	11	1	1	18
Pesquisa sobre a taxa de maternidade e interrupção voluntária da gravidez	1	2	12	0	1	11	1	4	15
Entrevista a uma mãe adolescente	-	-	-	-	-	-	0	0	20
O Centro de saúde (enfermeira) responde a questões sobre sexualidade	-	-	-	0	0	12	1	6	12
Observação e discussão do filme <i>Baby Blues</i>	2	0	13	0	0	12	0	2	18
Médias totais (em percentagem)	6,7	21,9	71,4	2,1	4,1	93,8	3,9	9,4	86,1

Legenda: ☹ - Insatisfeito ☺ - Nem satisfeito, nem insatisfeito ☻ - Satisfeito

Quadro 6

Avaliação das actividades de acordo com o grau de satisfação dos alunos (ano lectivo 2009-2010).

Actividade	Grau de Satisfação 8ªA			Grau de Satisfação 8ªB		
	☹	☺	☻	☹	☺	☻

Discussão sobre a noção de sexualidade. Os aparelhos reprodutores - resolução de ficha.	0	1	10	0	5	8
<i>Power-Point</i> sobre o ciclo menstrual e ovulatório. Resolução de ficha.	0	4	7	1	5	7
Discussão em pares, de situações conflito como relação sexual não desejada ou gravidez não desejada.	1	2	8	0	1	12
Pesquisa em grupo sobre o funcionamento e principais vantagens e inconvenientes de um método contraceptivo.	1	2	8	1	1	11
Jogo de troca de cartões sobre a problemática do contágio do VIH.	0	0	11	0	2	11
Entrevista a mães adolescentes.	0	2	9	0	0	13
Observação e discussão do filme <i>Baby Blues</i> (gravidez não desejada).	0	0	9	0	1	12
Médias totais (em percentagem)	2,6	14,3	80,5	2,2	16,5	81,3

Legenda: ☹ - Insatisfeito ☺ - Nem satisfeito, nem insatisfeito ☻ - Satisfeito

Da análise dos quadros resulta que “satisfeito” foi a opção mais assinalada para todas as sessões, no conjunto dos anos lectivos. A turma B do 8.º ano, em 2008-2009, foi a que maior satisfação apresentou quanto às actividades desenvolvidas (93,8%). Seguiu-se o 9.º B, em 2007-2008, com 88,9% de satisfação, embora nesse mesmo ano o 9.º A tenha manifestado 26,9% de indecisão quanto à resposta. Algumas sessões recolheram menos consenso quanto à satisfação, nomeadamente a sessão relativa ao ciclo menstrual e ovulatório, o que poderá ter acontecido por se tratar da sessão com uma abordagem mais próxima das abordagens utilizadas em situação de aula, também menos prática.

Outras sessões, realizadas no decorrer do ano lectivo 2008-2009, também mereceram uma classificação de menor satisfação por parte dos alunos da turma A do 8.º ano. Associamos, intuitivamente, esta menor satisfação com o facto de se tratar de uma turma reconhecidamente “difícil” do ponto de vista relacional, pelo que essas actividades, promovendo uma maior interacção aluno-aluno, parecem ter sido menos adequadas.

5. Limitações e potencialidades

A educação para a saúde constitui-se, actualmente, como uma área de intervenção obrigatória em todas as escolas, tendo como finalidade a preservação saúde individual e colectiva (DGIDC, s.d.). Ainda assim, parece-nos que as escolas não assumem a EpS como uma prioridade na sua política educativa, verificando-se sempre alguma demora na definição da equipa de EpS, constituída por alguns elementos que ficam com horas disponíveis depois de atribuídas outras tarefas, o que leva a que a mesma só entre em funções, algumas vezes, já a meio do 1.º período lectivo. Esta situação condiciona a aplicação do programa, que acaba por acontecer apenas nos 2.º e 3.º períodos, com o risco de não se poder completar quando surgem situações não previstas que se sobrepõem às actividades do programa. Este constrangimento conduz, ainda, à dificuldade na conciliação de horários/disponibilidade para reunir a totalidade dos elementos da equipa de EpS. Por outro lado, de não menor importância, a falta de formação/experiência por parte dos docentes na utilização de metodologias activas e, em especial, aquelas que têm características de dinâmicas de grupo, poderá constituir um obstáculo à aplicação de um programa destinado aos conteúdos mínimos.

As sessões foram dinamizadas essencialmente por docentes do grupo de recrutamento 520 (Biologia e Geologia), mas a heterogeneidade da equipa de EpS permitiu que docentes de outros grupos participassem nas sessões, o que foi sempre uma mais valia. A articulação com os Directores de Turma implicou interacções positivas, principalmente naquelas situações em que os docentes não se demitiam das suas funções e se desempenhavam o seu papel em sala de aula. Uma relação mais prolongada no tempo, e provavelmente o poder de atribuir uma classificação, leva a que os alunos reconheçam no docente da disciplina/Director de Turma uma autoridade que os dinamizadores das sessões não têm. O recurso a entidades externas, como o Centro de Saúde, ainda que pontual, também se revelou uma articulação com sucesso.

A dificuldade em obter dados sobre taxas e tendências de maternidade na adolescência e das interrupções voluntárias de gravidez levou a que a equipa de EpS optasse por abordagens que não implicassem a pesquisa, na sessão que estava prevista para estes conteúdos mínimos. Em alternativa, numas situações foi promovido um debate sobre a interrupção voluntária da gravidez e, noutras, convidaram-se mães adolescentes para partilharem com os alunos a sua experiência de vida. De referir que das três jovens mães que se disponibilizaram, duas eram alunas da Escola. Esta partilha foi orientada com base num guião, tendo os alunos sido previamente alertados para não emitirem qualquer

juízo de valor sobre a situação. O balanço realizado pela equipa desta iniciativa, que aconteceu nos três anos lectivos, é a de que não só os alunos revelaram satisfação, como se pode constatar a partir da avaliação do impacto das respectivas sessões, que as próprias jovens mães revelaram sentir-se úteis pelo facto de poderem usar a sua experiência como “lição” para outros jovens.

6. Conclusões e recomendações

O elevado grau de satisfação dos alunos relativamente às actividades desenvolvidas mostram que o programa destinado aos conteúdos mínimos sugeridos pelo GTES tem potencialidades. Embora as aprendizagens dos alunos só tenham sido avaliadas em dois dos três anos lectivos que decorreu a aplicação do programa, os resultados positivos apontam no mesmo sentido do grau de satisfação.

É fundamental que as escolas façam uma verdadeira aposta na EpS, quer ao nível dos órgãos de gestão quer ao nível dos documentos orientadores (começando pelo próprio Projecto Educativo de Escola), de modo a que sejam criadas as melhores condições para a aplicação de um programa de actividades destinadas aos conteúdos mínimos, como o que foi analisado. A EpS envolve, necessariamente, a articulação entre docentes e entre estruturas de organização da escola, os quais devem ter a mesma orientação. A especificidade de cada turma está assegurada por um maior envolvimento do Director de Turma neste processo, condição que, aliás, parece estar assegurada no contexto da legislação mais recente.

Se algumas actividades implicam o envolvimento de docentes do grupo de recrutamento 520, muitas outras serão adequadas para serem dinamizadas por docentes de outros grupos. Este será um ponto forte do conjunto de actividades que constitui o programa estudado. A heterogeneidade da equipa de EpS e, conseqüentemente, das experiências que são proporcionadas aos alunos, será uma boa prática no âmbito da EpS.

Referências bibliográficas

Costa, M., & López, E. (2008). *Educación para la salud. Guía práctica para promover estilos de vida saludables*. Madrid: Ediciones Pirámide.

DGIDC – Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (s.d.). *Educação para a saúde*. Disponível em <http://sitio.dgdc.min-edu.pt/SAUDE/Paginas/default.aspx>, consultado em 11 de Outubro de 2010.

GTES – Grupo de Trabalho para a Educação Sexual (2007). *Relatório Final*. Disponível em http://sitio.dgdc.min-edu.pt/saude/Documents/GTES_RELATORIO_FINAL.pdf, consultado em 28 de Setembro de 2010.

ME-MS – Ministério da Educação e Ministério da Saúde (2000). *Educação Sexual em Meio Escolar. Linhas Orientadoras*. Ministério da Educação e Ministério da Saúde.

Young, I. (coord.) (1999). *Promover a saúde da juventude europeia. Educação para a Saúde nas Escolas. Manual de formação para professores e outros profissionais que trabalham com jovens*. Lisboa: Ministério da Educação.